

Brasília, 11 de setembro de 2024.

Ao: Exmo. Sr. Alexandre Silveira de Oliveira
Ministro de Minas e Energia do Brasil
Presidente do Grupo de Trabalho de Transições Energéticas do G20

Exmo. Sr. Ministro,

No contexto de assumir a Presidência do G20 em 2024 e ser o país anfitrião da COP 30 em 2025, o Brasil tem a missão de liderar as discussões e estratégias para apoiar a transição global para economias de baixo carbono. Haja vista a pluralidade e diversidade demográfica, social e cultural das nações, a presidência brasileira do G20 assume por compromissos a promoção de uma transição que proporcione tanto o desenvolvimento econômico, quanto uma inclusão e participação sociais mais plenas e equitativas. Nesse ensejo, o setor de energia é chave para o atingimento de metas de descarbonização rumo a um “mundo justo e um planeta sustentável”, conforme o *slogan* do G20 em 2024.

No âmbito do Grupo de Trabalho de Transições Energéticas do G20 (*Energy Transitions Working Group*), foram estabelecidas como prioridades o debate acerca da transição global para o uso de fontes de energia limpas e sustentáveis e os caminhos para uma transição energética justa, acessível e inclusiva.

Embora o mundo compartilhe o objetivo comum de alcançar a neutralidade de carbono até 2050, é essencial que a coordenação brasileira do Grupo de Trabalho de Transições Energéticas do G20 sublinhe não haver solução única para todos os países. Cada nação deve considerar suas particularidades em termos de recursos disponíveis, desenvolvimento tecnológico, infraestrutura, capacidade de investimentos e condições sociais, visando desenhar a trajetória mais adequada de transição energética, de maneira a garantir o desenvolvimento justo, inclusivo, seguro e sustentável de sua economia e sociedade.

O gás natural, o combustível fóssil com menor pegada de carbono e abundante disponibilidade em nível global, pode ser um importante facilitador dessa transição em muitos países, inclusive no Brasil. No mundo, o gás natural tem o potencial de se tornar a segunda maior fonte em participação na matriz energética primária até 2050, superando o carvão, petróleo, nuclear e a geração hidrelétrica. Em regiões como a Ásia e a Oceania, a oferta de gás poderá continuar em expansão para além de 2050, juntamente com produtos como o Gás Natural Liquefeito (GNL) e gases renováveis, considerados cruciais para os interesses estratégicos e de segurança energética de diversas nações.

Dado seu grau de maturidade tecnológica e a infraestrutura disponível, o gás natural se configura como uma solução já provada, e disponível no curto prazo, para a descarbonização de indústrias específicas que usam combustíveis de mais alto conteúdo de carbono.

O gás natural também deve continuar a desempenhar um papel essencial no fornecimento de energia elétrica, sendo provedor de resiliência e segurança, em complemento às energias renováveis intermitentes. No mundo, a promoção da combinação de gás natural e energia

renovável para a substituição do carvão é uma solução que permite acelerar a redução de emissões da matriz elétrica global.

Adicionalmente, vários cenários mostram que o gás deverá ser o combustível com maior crescimento no consumo energético por veículos pesados, além de aumentar significativamente sua participação na matriz de consumo do modal marítimo mundial.

No âmbito social, o gás natural também tem papel essencial no atendimento a necessidades energéticas básicas e na construção da resiliência das sociedades e economias para lidar com as mudanças climáticas, como uma solução acessível, confiável e sustentável para cozimento e aquecimento, sendo parte de um planejamento para a erradicação da pobreza energética.

Ao reconhecer seu papel como protagonista na pauta de transição energética entre os países em desenvolvimento, o Brasil será um importante articulador na promoção de um planejamento energético coerente em países que não detém os recursos, tecnologia e base regulatória necessárias para tanto. O exemplo brasileiro demonstra que, ao invés da recomendação de “prescrições tecnológicas”, urge a necessidade de cada país explorar suas próprias potencialidades nas suas estratégias rumo à neutralidade de carbono.

Devido ao seu elevado volume e disponibilidade de fontes energéticas diversificadas, o Brasil poderá se posicionar como um dos líderes do Sul Global na descarbonização de diferentes setores econômicos, sobretudo os setores *hard-to-abate*, ou *hard-to-electrify*, como o transporte pesado e a indústria, incluindo siderurgia, cerâmica e vidreira, entre outras, a partir da expansão de fontes energéticas como o gás natural e o biometano. Importante também salientar a importância do uso do gás natural como matéria-prima para importantes setores, como o petroquímico e a produção de fertilizantes.

No setor elétrico nacional, o gás natural se apresenta como uma alternativa de baixo carbono para apoiar a crescente participação de fontes renováveis intermitentes na matriz elétrica, além de ser uma fonte flexível para lidar com as flutuações da oferta e da demanda elétrica, ação de extrema importância para a garantia da operação do sistema elétrico em momentos de baixa disponibilidade hídrica.

No Brasil, a utilização do gás natural e biometano na frota pesada de transporte já é uma realidade e promove significativa redução de emissões de gases de efeito estufa e de poluentes locais, bem como diminuição de poluição sonora, quando comparado ao diesel. Portanto, a mudança da frota de transporte a diesel para gás natural pode trazer ganhos rápidos, com a vantagem de o gás natural ser um combustível maduro e prontamente disponível, nas principais rotas nacionais, com tecnologia de veículos pesados a gás natural e biometano já comprovada, e com as principais montadoras já estabelecidas e produzindo modelos no país.

Além disso, o Brasil tem um potencial excepcional para a produção de biometano, o gás natural de origem renovável, produzido a partir da matéria orgânica (incluindo resíduos agrícolas, de animais, bem como resíduos urbanos e esgotamento sanitário) sem a necessidade de usar culturas energéticas dedicadas e sem competir com a produção de alimentos. É importante destacar o potencial dos resíduos da indústria sucoenergética, que representam quase metade do potencial brasileiro. Assim, o recurso energético contribui para

o desenvolvimento da economia circular e melhor destinação da fração orgânica de diferentes setores econômicos. Os aterros sanitários também são outra fonte relevante de gás natural renovável. No mundo, assim como no Brasil, o biometano de origem de resíduos sólidos urbanos já é uma realidade, reduzindo emissões de metano e viabilizando o uso de um recurso energético de baixo carbono.

O biometano é totalmente intercambiável com o gás natural em todas as aplicações, assim, à medida que o uso deste gás renovável progride, ele poderá utilizar a infraestrutura de gás existente, como gasodutos de transporte e distribuição, se beneficiando também do um contexto regulatório em desenvolvimento, que promove a abertura do mercado de gás, e a diversificação das fontes e dos players. Embora a tecnologia de produção do biometano esteja bem estabelecida, ela ainda não está ainda madura o suficiente para reduzir o descasamento entre oferta e demanda no Brasil, pois muitas vezes a produção ocorre em pequena escala e de forma dispersa.

O gás natural, com a sua infraestrutura de transporte e distribuição, garante a segurança energética e impulsiona a produção de gases renováveis intercambiáveis, como o biometano, através de sua escala, tecnologia e cadeias de valor. Aproveitar a capacidade do setor de gás natural para contribuir e impulsionar a agenda de renováveis levará a um caminho de transição mais equilibrado, realista e eficaz.

Ademais, o Brasil pode figurar como líder global na produção de hidrogênio de baixo carbono e aproveitar oportunidades de comércio internacional, graças ao enorme potencial para eletricidade renovável, biogás, biometano, etanol e gás natural.

Diante desse cenário, é imperativo que as políticas promovidas pelo Brasil como Presidente do G20 considerem os seguintes pontos-chave sobre o papel do gás natural:

- i) **Substituto estratégico do diesel:** O gás natural é uma solução viável e disponível para reduzir as emissões da matriz de transporte pesado, contribuindo para o cumprimento dos compromissos assumidos no acordo de Paris;
- ii) **Garante a segurança de suprimento da geração elétrica renovável:** O gás natural oferece resiliência e segurança no fornecimento de energia elétrica, facilitando a integração de fontes renováveis intermitentes na matriz elétrica;
- iii) **Indutor de uma nova industrialização de baixo carbono:** O gás natural é essencial para mitigar emissões de Gases de Efeito Estufa em setores de difícil descarbonização;
- iv) **Matéria-prima para produção de fertilizantes:** O gás natural é matéria-prima essencial para uma indústria que tem impactos na segurança alimentar global;
- v) **Investimentos em gases renováveis:** A indústria do gás natural é indutora de investimentos e do desenvolvimento de gases renováveis, como o biometano e o hidrogênio;
- vi) **Capilaridade da infraestrutura:** Capacidade para atender os mercados residencial e comercial, substituindo combustíveis mais poluentes;
- i) **Combate à pobreza energética:** A indústria do gás natural é provedora de acesso a energético acessível, confiável e sustentável para cozimento e aquecimento.

Considerando que até 2050 a oferta e demanda de gás seguirá concentrada entre as maiores economias do G20, a exemplo de China e Estados Unidos, e, no caso de economias emergentes do G20 a participação do gás será crescente, a articulação da agenda de transições energéticas promovida pela presidência brasileira deve buscar posicionar o energético como um aliado na promoção da almejada transição energética segura, eficiente, justa e acessível. Em suma, a indústria de gás natural é fundamental para descarbonizar a economia global e, portanto, deve ser considerada pelos países membros do G20 como um elemento estratégico para o pleno atingimento das metas de descarbonização de diferentes setores econômicos e para destravar investimentos na cadeia de gases renováveis.

Assinam esta carta as seguintes entidades:

Augusto Salomon
ABEGÁS

Carlos Quintella
FGV Energia

Lucien Belmonte
Fórum do Gás

Roberto Ardenghy
IBP

Andrea Stegher
IGU

Recebido em 11 de Setembro de 2024

Ministro de Minas e Energia Alexandre Silveira

